



Local: salão da sede da Associação Cultural e Recreativa Jograis de Gogim -----

Data: 11 de novembro de 2023 -----

Abertura da reunião: dez horas e dezassete minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da Assembleia Municipal de Armamar, Rui Manuel Tavares Dionísio, deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Luís Manuel Costa Rodrigues, desempenhado as funções de primeiro secretário e, Lisete Mendes Osório, segunda-secretária. -----

O presidente da Assembleia Municipal comunicou a substituição, na presente sessão, de Hugo Xavier, por Ana Azevedo, de Manuel Paiva, por António Lareiro e comunicou a ausência de Flávia Laranjeira, do presidente de junta de freguesia de Folgosa, Márcio Sousa e do presidente da união de freguesias de Vila Seca e Santo Adrião, José António Guedes. -----

Cumprimentou os presentes e todos os que assistem a esta sessão através da transmissão online, principalmente, os emigrantes. Agradeceu o convite, neste dia de São Martinho, da junta de freguesia de São Martinho das Chãs e na pessoa do seu presidente cumprimentou todos os habitantes desta freguesia. Dirigiu um cumprimento e saudação à Associação Cultural e Recreativa “Jograis de Gogim”, pela receção e acolhimento neste edifício. Estando esta sessão a acontecer numa localidade que é considerada como o centro da produção de maçã, do concelho, neste final de período de colheitas agradeceu a todos os produtores que são um fator importante para o desenvolvimento concelhio. Como todos sabem na presente sessão vai ser apreciado o orçamento do município, assim, não podia deixar de agradecer ao executivo municipal e na pessoa do senhor presidente da Câmara Municipal toda a colaboração e empenho para que todos tivessem atempadamente o orçamento, assim como aos serviços municipais que possibilitaram e contribuíram para a entrega dos documentos.

Agradeceu, igualmente, aos serviços da autarquia que tornaram possível a transmissão desta sessão, tornado, assim, possível alcançar mais um desafio. -----

Informou o plenário que esteve presente no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que decorreu no Seixal, juntamente com o senhor presidente da Câmara Municipal e o senhor presidente da junta de freguesia de Armamar, cuja agenda, está disponível no sítio na Internet da Associação. De uma forma muito resumida fez uma apresentação dos assuntos abordados. -----

Em relação à correspondência recebida informou que recebeu o convite de José Manuel Vaz Marta de Sampaio e Melo, natural desta freguesia, que já foi presidente e junta e pertenceu a esta assembleia, até 19 de abril do último ano. Este convite era no sentido se estar presente no lançamento do seu livro "Antologia (do Universo e do Amor)", mas com muita pena não pode estar presente. -----

Exposição e tratamento de assuntos gerais de interesse para o município. ----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

Presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

"Exmo. Senhor Presidente e Senhores Secretários da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores do Município, Exmos. Senhores Presidentes e Senhora Presidente das Juntas de Freguesia, Exmos. Srs. e Sras. Membros da Assembleia, Exmos. Srs. e Sras. representantes da economia local, minhas senhoras e meus senhores, sejam bem-vindos à Freguesia de São Martinho das Chãs. É meu dever, que cumpro orgulhosamente, manifestar aqui, em meu nome pessoal e em representação da Junta de Freguesia de São Martinho das Chãs, agradecimentos e saudações aos que nos honram intervindo nesta reunião como, Presidente e secretários da Mesa da Assembleia Municipal, como membros do executivo do município, como presidentes de junta de freguesia, como membros desta Assembleia e como representantes da sociedade e economia local. -----"



Assim sendo, começo por expressar o meu profundo agradecimento e apoio institucional ao Senhor Presidente da Assembleia e em representação desta, por nos ter dado a honra de reunirmos esta Assembleia fora da sua casa, deslocando a mesma para esta freguesia, reconhecendo assim a necessidade de trazer o conhecimento para junto da população. -----

Saúdo, igualmente, o Senhor Presidente, a Sra. Vereadora e os Senhores Vereadores do município e fico grato por aceitarem este desafio de estarem em trabalho, fora do edifício sede do município. -----

Saúdo, os Srs. e Sra. Presidentes de Junta de freguesia agradecendo a vossa presença, deixando desde já um desafio aos mesmos, para que também as vossas freguesias estejam disponíveis a receber esta Assembleia. -----

Saúdo ainda os membros desta Assembleia, com um apreço especial aos representantes de cada grupo, por aceitarem este desafio. -----

Saúdo a Sra. Presidente da Associação Cultural e Recreativa dos Jograis de Gogim, a quem deixo um agradecimento especial, a ela e a todos os membros desta Associação, por nos receberem na Vossa Casa e por toda a ajuda prestada na realização deste evento. -----

Uma palavra também de muito apreço para o Sr. Padre Artur Mergulhão por toda a ajuda prestada na preparação das Festa das Colheitas, e pela sua presença nesta reunião. -----

Por fim, e não menos importante que qualquer outra entidade, saúdo todo o público presente nesta reunião e ainda aqueles que nos acompanham através da transmissão em direto nas condições possíveis, deixando um aqui um agradecimento aos técnicos que o tornaram possível.

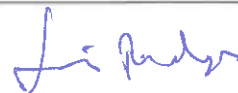
Minhas senhoras e meus senhores, é com enorme satisfação que a Freguesia de São Martinho das Chãs acolhe, aqui em Gogim, já apelidado como o Berço da Produção da Maça de Montanha, a última sessão ordinária da Assembleia Municipal de Armamar do ano de 2023. -

Nela vão ser discutidos vários assuntos, estando entre eles a discussão do orçamento municipal para o ano de 2024, na conjuntura atual provocada pela atual crise económica mundial e a ainda mais atual crise política em Portugal, não podemos deixar de aproveitar esta reunião

para criarmos condições e apresentarmos propostas de forma a valorizar o que melhor se faz no nosso Concelho, somos um concelho onde a economia gira sobretudo à volta da produção Agrícola, associada ao turismo rural. -----

Efetivamente, tendo em conta a dimensão do mercado nacional, para muitas das nossas empresas a estratégia da internacionalização é neste momento a única resposta possível para continuar a crescer numa aposta geradora de acréscimos de competitividade. Esta Assembleia tem por obrigação acompanhar a evolução e o desenvolvimento, ajudando a criar condições para que a economia local vá ao encontro das necessidades internacionais. Os nossos empresários têm dado um exemplo extraordinário na evolução da produção agrícola tendo o mérito de conseguir alcançar eficiências globais, bem como tirar conclusões que serão, seguramente, de grande valor para as gerações vindouras, faltando ainda o acesso consistente aos mercados internacionais de forma a escoar os produtos produzidos a preços competitivos. - Os empresários começam a ter consciência desta aldeia global cuja dinâmica não se compadece com soluções esgotadas e preconceitos localistas. É preciso ter a clara consciência de que, e passo a citar, “o mundo encolheu nas distâncias e alargou-se nas oportunidades”, pois estamos todos mais próximos, mais informados e mais abertos à inovação. Os novos desafios exigem que estejamos mais aptos e mais capazes para aproveitar plenamente essas oportunidades. O modelo de desenvolvimento com que hoje as Organizações se deparam assenta numa ideia simples: Não se pode olhar apenas para os limites territoriais do país onde nos encontramos, como se nada mais se passasse para além dele. As estratégias locais têm de ser integradoras e de base territorial alargada! É neste quadro que temos de continuar a reforçar a participação em parcerias sem fronteiras, como força motriz do desenvolvimento das nossas empresas e de um crescimento mais sustentado da nossa economia. -----

Outra importante temática a merecer especial destaque será o problema da falta de mão de obra associado à exploração e escravatura dos migrantes, algo que temos de estar atentos, criando meios que possam proteger a população migrante que se pretende estabelecer na



nossa região, contando desde já com eles na elaboração do novo PDM urbanístico. -----



Para concluir, resta-me continuar a impulsionar uma dinâmica empreendedora e criadora na sociedade local, capaz de assumir atitudes inconformistas, que não se mostre satisfeita com o que já foi alcançado e se mostre determinada em prosseguir para patamares superiores de ambição e de exigência. Temos de ter os olhos postos no futuro, pois estamos conscientes de que esse futuro pertence aos empreendedores que hoje têm a ambição de o construir tendo por base o Conhecimento e a Inovação. -----

Afinal, os vencedores de amanhã serão aqueles que começarem hoje a inventar o futuro! -----

E se me permitem citar o Padre António Vieira: " Nós somos o que fazemos. O que não se faz não existe. Portanto, só existimos nos dias em que fazemos. Nos dias em que não fazemos, apenas duramos." -----

Faço, pois, votos para que juntos consigamos vencer a inércia e encorajar a cooperação para honrar e credibilizar as nossas gentes e contribuir, de forma decisiva, para o futuro da nossa Economia e da economia do país – que, afinal, é de todos nós. -----

Mais uma vez, sejam todos muito bem-vindos, à freguesia de São Martinho das Chãs." -----

António Lareiro cumprimentou os presentes e em especial o Sr. Padre Artur Mergulhão que, honra esta Assembleia, com a sua presença. Em seu nome pessoal e da CDU agradeceu o convite para esta sessão e respetivo almoço que se realiza na freguesia de São Martinho das Chãs, cumprimentando de modo especial o seu presidente pela iniciativa. Dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara Municipal referiu que o atual mandato autárquico está a meio, pelo que julga que chegou o momento de se fazer uma análise do trabalho realizado e, também, aos grandes problemas e carências que afetam o concelho e ao longo destes anos a realização das suas obras continuam a ser adiadas. Nos últimos anos, foram muitos os que se referiram ao estado da rede viária, estradas em mau estado, falta de sinalização, piso em péssimo estado, valetas obstruídas e algumas, com as chuvas que ocorreram, nas últimas semanas, quase

intransitáveis. Armamar, é um concelho essencialmente agrícola e os caminhos agrícolas são vias de comunicação muito importantes para os agricultores e para a economia local. A maioria destes caminhos encontram-se em péssimo estado e alguns estão mesmo intransitáveis. Outro grave problema no concelho é o facto de algumas localidades ainda não terem saneamento e falta de estações de tratamento de águas residuais. Existem esgotos a correr a céu aberto em diversas povoações com todos os inconvenientes provenientes destas situações. No verão, são frequentes os maus cheiros e insuportáveis para as pessoas, tornando-se casos de saúde pública. Estes problemas, pela sua gravidade e dada a importância da sua resolução para do desenvolvimento e bem-estar das populações tem merecido a intervenção de diversos membros da Assembleia Municipal ao longo dos anos, o que deveria ter levado a Câmara Municipal a preocupar-se mais na resolução dos mesmos. Recordou que, após a revolução do 25 de abril, uma das grandes prioridades das autarquias foi resolver o problema da falta de saneamento básico, fornecimento de água às populações, criar e melhorar as vias de comunicação, contribuindo para o desenvolvimento das terras e melhoria da qualidade de vida do povo. Infelizmente, todos reconhecem que no concelho de Armamar, passados quase 50 anos, alguns destes problemas continuam por resolver. Disse que espera que alguns deles, com verbas orçadas nas grandes opções do plano da câmara municipal, para o próximo ano, as suas obras sejam realizadas e, não sejam, uma vez mais, adiadas. O concelho de Armamar, infelizmente, está a ficar despovoado e envelhecido. Nas aldeias, há cada vez menos pessoas e muitas são idosas e vivem sozinhas. Os municípios com este problema têm implantado o sistema de teleassistência para o minimizar. Perguntou se o executivo está disponível para resolver estes problemas até ao fim do presente mandato autárquico, na rede viária; caminhos agrícolas; saneamento básico e tratamento de águas residuais e implantar a teleassistência, dada a importância das mesmas para o desenvolvimento do concelho e



bem-estar da população. -----

Américo Moreira cumprimentou os presentes e dirigiu-se de uma forma especial ao  padre Artur Mergulhão, presente nesta sessão, e que foi o autor do prefácio do seu livro “Secretos Círculos”. Um livro que percorre de forma telúrica todos os recantos de beleza natural do concelho de Armamar e, também, as tradições de Natal. Disse ter quatro apontamentos para fazer ao senhor presidente da Câmara Municipal começando por referir que no dia 15 de junho de 2023, dirigiu uma carta à Câmara Municipal, a solicitar uma intervenção urgente da proteção civil para uma situação, nos Cardais, de saúde pública, e que punha em causa a segurança das pessoas, juntando fotografias que pode mostrar à assembleia, relacionada com quatro prédios na eminência de ruir. Aconteceu que uma dessas casas desabou levando à obstrução da via pública. Felizmente não houve danos a terceiros mas atingiu a casa que está em frente. Perguntou ao senhor presidente da Câmara Municipal, enquanto presidente da proteção civil, qual o ponto de situação deste problema. Disse que gostaria de ver maior dinâmica por parte dos vereadores da oposição porque a dada altura não se percebe se é o executivo que é da oposição se a oposição é que é do executivo. Independentemente daquilo que ideologicamente possa dividir as pessoas, o que não deveria acontecer, há o interesse do concelho que “nos deve unir”. Outro problema que apontou e que gostaria de ver tratado é a falta de respeito pela autoridade da Câmara Municipal e pela legislação porque continuam a ver-se cortes nas estradas para passagem de tubos de água, destruindo o pavimento e agravar o estado das vias, que no geral, se encontram numa situação lastimosa. Para isso também contribuem os particulares que fazem saibramentos para plantação de macieiras e vêm até à valeta, ocupando as bermas e não deixam sequer espaço para virar os tratores dentro dos terrenos. O mesmo acontece com a plantação das vinhas e é do conhecimento de todos que uma estrada, em que foi raspado o talude para plantar mais uma fiada de videiras, está danificada e mais uma vez

o erário público tem de fazer muros de suporte para segurar o pavimento e proteger a vida das pessoas. Nestas situações a fiscalização tem de estar mais próxima e fazer-se sentir imputando estas responsabilidades aos infratores. Chamou, ainda, à atenção aos senhores empresários que têm necessidade de contratar mão-de-obra estrangeira para serem mais humanos porque os que vêm são pessoas que precisam de ajuda e, por isso, têm de ser mais caridosos e compreensivos. Não é só contratá-los e colocá-los num “palheiro” como se fossem animais. Sabe-se que quem os contrata o faz através de um intermediário a quem fazem o pagamento e este depois não paga a esses trabalhadores. Disse que isso aconteceu aos trabalhadores que estiveram na Quinta do Pátio mas aí, felizmente, quem os contratou, ao saber do sucedido, confrontou o intermediário do e passou a pagar diretamente aos trabalhadores. Há muitos a passar fome e pouco agasalhados. Apelou ao humanismo e à criação de condições para estas pessoas. Sabe que a Câmara está a trabalhar num programa que vai dar resposta e uma grande ajuda a essas pessoas que bem precisam. -----

Sara Gouveia cumprimentou os presentes e todos os que acompanham esta sessão na versão online. Dirigiu um cumprimento especial ao senhor padre Artur Mergulhão que honra esta assembleia com a sua presença, pessoa por quem nutre muita estima. Lisonjeou a abertura do senhor presidente da Assembleia para a concretização das assembleias descentralizadas. É, certamente, uma mais-valia esta proximidade com a população geral e acaba por se desmistificar o que são estes encontros entre eleitos para uma prática que, ao ser extensível a todas as freguesias, seria excelente. Ao senhor presidente de junta de freguesia de São Martinho das Chãs, por ser pioneiro neste convite, e por todo o empenho e brio que colocou neste evento e neste encontro, endereçou os parabéns. Dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara Municipal disse que é sabido que no âmbito do projeto dos fotovoltaicos estava previsto ser instalado um estaleiro em território concelhio, mais concretamente, na localidade de Vila Nova.



Agora, ao que parece a empresa viu-se obrigada a mudar o estaleiro para o concelho vizinho, de Tarouca. Questiona o senhor presidente se está a acompanhar esta situação e se sabe o que aconteceu. Sabe-se que a empresa em questão estava dependente de um parecer positivo dos serviços municipais para apresentar na APA – Agência Portuguesa do Ambiente. Perguntou se esse parecer chegou a ser enviado ou se não foi por que motivo. Questionou, ainda, se houve sempre total disponibilidade, por parte do município, em colaborar com este processo e se os timings foram respeitados nos pedidos efetuados aos serviços. Acaba por ser uma situação que não se compreende quando tudo estava encaminhado para as instalações do estaleiro serem nos “nosso” território, inclusive já existia contrato com um privado para usufruto do terreno e depois tudo é anulado e invertido. Perguntou ao senhor presidente se consegue ajudar a perceber estes acontecimentos. Reforçou, também, que a Zagope, empresa responsável pelo referido projeto está a recrutar, localmente, profissionais das mais variadas áreas. Pediu para partilharem essa informação pois é uma mais-valia e oportunidade. -----

Luís Silva cumprimentou os presentes, enalteceu e congratulou-se com a brilhante iniciativa de descentralização da Assembleia recorrendo, em primeiro lugar, a esta grande freguesia que é São Martinho das Chãs. Agradeceu à junta de freguesia todo o esforço que tiveram para organizar a Assembleia neste local e à associação “Jograis de Gogim” que disponibilizou o espaço cujas condições são ótimas para estas realizações. Começou por questionar o senhor presidente da Câmara Municipal relativamente a três situações. Sabendo que, infelizmente, o projeto “OPTA” não poderá ser renovado, tendo em conta que a candidatura, alegadamente, foi reprovada, por questões alheias ao município, dadas as implicações que isto tem na ocupação das crianças em períodos de interrupção letiva, julga que seria importante a Câmara Municipal, através dos seus meios e competências, tentar minimizar este constrangimento para os pais, organizando a ocupação em termos desportivos, culturais e recreativos das crianças, nesses

períodos. De seguida, referiu que, pela leitura que é feita da proposta de orçamento, se verifica que a Câmara Municipal pretende renovar a sua intenção de requalificar as vias municipais. Julga que seria importante esclarecer a assembleia se a intervenção se vai cingir à intervenção que foi objeto de concurso público e pedido de empréstimo, etc, isto porque a ser a mesma intervenção entende que existem vias que não estão contempladas e que estabelecem ligação entre freguesias, freguesias e suas anexas e, até, intermunicipais, como acontece na freguesia de São Cosmado na ligação com Tabuaço, pela Lapinha e Cardais que é muito utilizada. Esta via não estava prevista ser requalificada apesar de ser das piores do concelho. Recordou que a intervenção estava prevista tecnicamente, apenas, com repavimentações das faixas de rodagem, lembrando que as vias não são só as faixas de rodagem, existem as valetas, bermas, passeios, escoamentos de águas pluviais e taludes para tratar e consolidar. Se a intervenção se cingir à pavimentação das faixas de rodagem não vai ser uma boa intervenção e não vai ser acautelado o futuro do investimento sobre as mesmas. Por último, em relação à Feira da Maçã, deu os parabéns pelas melhorias significativas que, em sua opinião, se verificaram, na edição deste ano. É evidente que a responsabilidade é partilhada por muita gente, não só pela Câmara Municipal mas, também, por todos os que intervieram de uma forma ou de outra. Perguntou para quando uma apresentação à Assembleia e aos munícipes de um relatório de atividades e contas deste evento que tanta implicação tem com as despesas da Câmara Municipal. -----

Márcio Moraes cumprimentou os presentes e em especial o senhor padre Artur Mergulhão que faz parte do seu percurso de vida. Agradeceu ao senhor presidente de junta de freguesia de São Martinho das Chãs e à Associação Cultural e Recreativa “Jograis de Gogim” pelo convite para a realização desta assembleia municipal nesta bela localidade de Gogim, aldeia embaixadora da maçã que tanto lhe diz a si e aos seus e da qual tem muito orgulho, pois faz parte direta do seu crescimento. Congratulou o



executivo municipal pela organização da décima sexta edição da Feira da Maçã que, mesmo enfrentando condições climatéricas adversas foi, em sua opinião, a melhor edição de sempre. Armamar provou, uma vez mais, ser um excelente anfitrião. Por isso parabenizou todos os envolvidos neste certame. Deu conta que no próximo dia 16 de novembro, a junta de freguesia de Fontelo, em parceria com a Ordem Militar de Malta, fará um rastreio oral e consequentes tratamentos gratuitos para toda a população jovem da freguesia. Uma iniciativa de valor e de extrema importância realizada por parte da freguesia de Fontelo. Disse, em viva-voz, pela terceira vez, em vinte e dois anos, que as mesmas pessoas, os mesmos atores ou, melhor dizendo, os mesmos “fantoques” deixam a nação em total desgoverno, usando o termo mais que recorrente, pelo partido socialista de “demito-me”. Portugal, os portugueses e a democracia portuguesa merecem mais. Disse acreditar que a 10 de março de 2024 os portugueses possam, de uma vez por todas, mostrar o cartão vermelho a António Guterres, a José Sócrates e a António Costa. Disse-se confiante, que Luís Montenegro e o PPD/PSD estarão à altura do desafio e que, finalmente, quem ganhe eleições possa governar o país. Em relação à temática abordada por Américo Moreira, sobre os migrantes no concelho, disse que realmente se verifica que estão em grande número. Por força do serviço que executa no município, no Espaço do Cidadão, pode afirmar que seriam cerca de duzentos a trezentos neste período de colheitas. Partilhou da opinião de Américo Moreira de que, para além dos órgãos autárquicos, todos os cidadãos devem fazer a sua parte, ser vigilantes e estender a mão no sentido de ajudar, dentro do possível. Disse que não pode falar de casos concretos mas, pela partilha de alguns, percebeu que são muitos os que pretendem ficar no concelho e têm contrato de trabalho efetivo em IPSS e outros. Entende que, pelo discurso dos migrantes, pode haver uma exploração por parte dos intermediários na questão dos arrendamentos de casas. -----

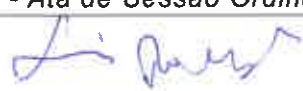
Lisete Osório cumprimentou os presentes e o público online e felicitou o presidente

da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Rui Fernandes, por neste dia em que se celebra o dia de São Martinho, acolher os membros da Assembleia Municipal, netas instalações. A descentralização da Assembleia Municipal trata-se de uma boa prática de democracia, que contribui para aproximar, este órgão do poder local, da população. Deixa o repto às restantes freguesias para seguirem o exemplo. Felicitou o executivo municipal pela realização, no passado mês de outubro, da Feira da Maçã, assim como todas as pessoas envolvidas por organizarem este evento que muito contribui para a promoção dos produtos endógenos e do concelho dentro e fora de portas. Em sua opinião foi visível que, este ano, teve uma repercussão maior e tem vindo a melhorar significativamente reforçando e dignificando a imagem do concelho como produtor de maçã e, também, de vinho. É preciso lembrar que o concelho de Armamar está inserido em duas regiões demarcadas, Távora Varosa e Douro e isso deve ser tido em mente quando se tomam determinado tipo de medidas. Enquanto território inserido na região do Douro e com inúmeras potencialidades e recursos naturais, é preciso criar uma estratégia consertada e de desenvolvimento sustentável do Turismo capaz de atrair turistas e visitantes que venham conhecer o território e que passem a palavra sobre as experiências vividas. É preciso, também, melhorar as vias de comunicação. A rede rodoviária, com as chuvas dos últimos dias, ficou com muitas valetas obstruídas, não tem marcações e necessita de cuidados especiais. Quem circula diariamente pelas estradas do concelho já está habituado e lida facilmente com a situação mas os turistas, sobretudo estrangeiros, veem-se constrangidos para chegar a determinados sítios. Desejou um ótimo dia de trabalho a todos e um feliz dia de São Martinho. -----

Presidente da Câmara Municipal cumprimentou os presentes, o senhor padre Artur Mergulhão que honra esta assembleia com a sua presença e na sua pessoa saudou sua excelência o reverendíssimo bispo de Lamego, Dom António Couto, que ontem esteve nesta localidade e continuará a sua visita pastoral, nesta freguesia, no dia de

amanhã. Saudou o público presente e todos os que acompanham esta sessão via online. Uma saudação especial e agradecimento ao presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs por “nos” acolher na povoação de Gogim, estendendo esse agradecimento à associação “Jograis de Gogim” pela disponibilização do espaço para a realização desta sessão de Assembleia Municipal. Parabenizou, ainda, o senhor presidente da assembleia pela descentralização da reunião do órgão deliberativo e que esta possa ser a primeira de muitas, pois o que se pretende é que a política local se aproxime dos cidadãos. Quantos às intervenções efetuadas começou por se referir à intervenção do presidente de junta de freguesia de São Martinho das Chãs para deixar uma nota de reconhecimento por aquilo que tem sido o brilhante trabalho dos agricultores locais, quer sejam eles produtores de maçã ou vinho. Estas duas atividades agrícolas são o motor económico do concelho. Percebe-se a evolução do que tem sido a produção, quer em termos de quantidade, quer de qualidade e é preciso dar este salto para a valorização da maçã, sendo que o vinho já está mais internacionalizado com a marca Douro e com o vinho do Porto. O passo seguinte é valorizar este produto de excelência, que é a maçã, nos mercados internacionais. No que respeita à intervenção de António Lareiro disse que a situação das estradas, no concelho, é conhecida. Este problema remonta há uns anos a esta parte, quando aconteceu a desclassificação das estradas nacionais para municipais e quando o município passou a ter a competência dessas estradas não houve por parte da Infraestruturas de Portugal qualquer tipo de compensação para se fazerem essas intervenções. No entanto, todos conhecem a intenção de o município requalificar as estradas, estando a mesma vertida nos documentos previsionais, como estava no ano anterior mas como não se obteve o visto do Tribunal de Contas para esta intervenção não foi possível concretizá-la. Recordou que no que respeita aos fundos comunitários os investimentos na rede viária não estão contemplados, não se percebendo porquê e, por isso, o município procurou um

mecanismo para poder, no ano de 2024, intervir em seis troços de estradas. No que respeita aos caminhos agrícolas concordou que alguns estão em más condições mas há prioridades e enquanto não se requalificaram as estradas não se podem fazer intervenções de fundo nesses caminhos porque os orçamentos municipais não chegam para tudo, mas vai continuar a fazer-se a manutenção dos mesmos. Quanto ao saneamento disse que não é verdade o que diz porque, no concelho, não há falta de saneamento pois todas as construções, dentro dos aglomerados urbanos, são servidas por saneamento. Outra situação são as fossas sépticas que nada têm a ver com o saneamento e, nesse sentido, é verdade que existem problemas em algumas freguesias mas estão identificados e até já houve um projeto de execução para resolução dos mesmos. No que respeita ao envelhecimento da população, é um problema transversal a grande parte dos concelhos do interior e quanto à teleassistência para os idosos disse que a GNR faz esse acompanhamento e quando esse assunto foi tratado entre o município e as entidades percebeu-se, com satisfação, que atendendo às respostas sociais que as IPSS prestam, no concelho, não estava identificado qualquer idoso em condições de isolamento e de alarme. Passando à intervenção de Américo Moreira disse que a situação do edificado dos Cardais é preocupante mas identificam-se outros, no concelho, que não estando nesse estado de ruína, caminham para isso. Os serviços de proteção civil têm feito esse acompanhamento e como disse a derrocada dos imóveis aconteceu no fim de semana anterior e foram tomadas as medidas, no imediato, de interditar a circulação de pessoas. Foram, mais uma vez, notificados os proprietários porque já, anteriormente, o tinham sido e não fizeram qualquer intervenção mas está previsto que na próxima semana se proceda à limpeza e, provavelmente, os outros dois imóveis serão demolidos. Em relação à situação das valas para passagem de condutas para rega disse que não vê isso como um abuso porque grande parte dos casos são comunicados ao município e é solicitado o apoio deste para o corte das estradas e no



fim da intervenção são retificadas. Com a requalificação das estradas está previsto de “x” em “x” metros deixar condutas preparadas para a passagem de tubos de rega. Disse, ainda, que a oposição não é inimiga da maioria do executivo, nem vice-versa e a preocupação de todos é o concelho de Armamar. No que respeita aos saibramentos e movimentações de terras parece-lhe que há melhorias porque no que respeita às candidaturas a projetos de investimento, o próprio IFAP já exige que seja apresentada a licença de movimentação de terras por parte do município, por isso julga que daqui por diante haverá maior controle e fiscalização. Em relação aos migrantes disse que se percebe que durante a apanha da maçã e as vindimas há uma grande necessidade, no concelho, desta mão-de-obra de forma sazonal. É um problema que preocupa a todos, ao qual o município está atento e através do programa do primeiro direito vai-se perceber junto dos proprietários e empregadores de que forma o município pode colaborar no problema da habitação digna e, também, no que respeita aos vínculos laborais destes trabalhadores porque se percebeu que durante este período aconteceram, pelo menos, dois momentos de fiscalização por parte do ACT e da Segurança Social nas propriedades agrícolas e constatou-se que esses vínculos são muito precários, ou não existem, e quem trabalha e vem para colaborar com os empresários locais tem de ter dignidade, quer em termos de vínculos laborais, quer de habitação. No que respeita à intervenção de Sara Gouveia e sobre o projeto dos fotovoltaicos informou que o mesmo se desenvolve, no seu todo, no concelho de Tarouca, concretamente na freguesia de Vila Chã da Beira. Disse que acompanha o processo quase desde o início porque a empresa responsável reuniu consigo aquando da obtenção da licença para a instalação do parque. Havia a intenção de instalarem o estaleiro de obra em Vila Nova e, nesse sentido, houve um pedido de licenciamento no município de Armamar e tem conhecimento que foi enviado o parecer municipal no último dia do prazo. Disse que tentou perceber as razões desta alteração e foi-lhe dito

que tinha a ver com o parecer da Agência Portuguesa do Ambiente porque onde estava prevista a colocação do estaleiro seria reserva ecológica nacional e isso trazia alguns constrangimentos para a empresa e andamento dos trabalhos. Quanto à intervenção de Luís Silva disse que o programa OPTA não foi admitido por falta de dotações financeiras mas o município está atento naquilo que respeita às interrupções letivas e às atividades que nesses períodos se poderão proporcionar às crianças. Esse trabalho tem sido feito em conjunto com o senhor vereador da educação e julga que haverá condições de garantir, essa oferta, na interrupção letiva do Natal. No que respeita à requalificação das vias municipais disse que o que está previsto e foi objeto de alteração do projeto de execução tem a ver com alguns troços onde é necessário, para além de repavimentar, a requalificação das valetas, dos taludes, alguns com construção de muros de suporte e escoamento de águas. Houve, também, uma alteração no que respeita ao troço que atravessa o centro da vila de Armamar onde estava prevista a pavimentação em betuminoso e vai passar a ser em cubo. Entretanto, como o projeto inicial previa que a intervenção se iniciasse na Comenda, em Fontelo, até ao Sarzedo e como a Infraestruturas de Portugal fez aquela intervenção de cerca de 2 km, ficou uma folga para se executar o troço que liga o Barracão, de Aldeias, ao centro da freguesia. Além da repavimentação, será objeto de requalificação da rede de água e saneamento. Depois foram acrescentadas mais duas, uma no caminho que liga o loteamento da Moja, em Fontelo, à curva das “Três Marias” de forma a tirar algum trânsito do centro de Fontelo, nomeadamente, na zona da Igreja e um troço de 150 m dentro da povoação de Fontelo. Existem outras situações identificadas e têm projeto de execução, como a da Lapinha e Cardais até Granja do Tedo e a ligação de Santa Cruz a Vila Nova e espera que durante o ano de 2025 haja condições para se intervir nessas estradas. Quanto à Feira da Maçã partilhou do que foi dito, pelo que deixou uma palavra de agradecimento a todos os que colaboraram direta e indiretamente para este evento. Em relação ao relatório de

atividades e despesa da Feira informou que está a ser elaborado pela vereadora Cláudia Damião e, posteriormente, poderá ser dado a conhecer à assembleia. No que respeita à intervenção de Márcio Morais, concretamente, sobre a situação política nacional não quis tecer qualquer considerando. Julga que independentemente de tudo esta situação não é boa para o país porque se já se sentem os impactos de duas guerras, esta situação vai ter um impacto ainda mais negativo, sobretudo, no que tem a ver com os mercados internacionais e com as taxas de juro. Quanto à intervenção de Lisete Osório e em relação ao que tem de ser a estratégia para o Douro disse que se percebe que hoje esta região, por si, só, já é uma marca que está a crescer muito em termos turísticos. Há sempre situações a melhorar mas há muito trabalho planeado em prol desta magnífica região que é património da humanidade. -----

INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes cidadãos: -----

Pe. Artur Mergulhão cumprimentou os presentes e começou por referir que a sua intervenção não pode continuar na sequência que tem sido seguida, até agora, não que não esteja de acordo e não sinta os problemas que foram levantados, na medida em que é um cidadão consciente e por consequência conhece bem o concelho pois nas suas funções de sacerdote, ainda, no ativo, tem percorrido todos os lugares que da sua ação têm necessitado. Como julga que todos sabem, é um homem da História de que gosta muito, sobretudo da investigação, onde tem gasto os últimos anos da sua vida. Posto isto, disse que a sua intervenção vai incidir em três pontos, saudar, agradecer e motivar. Saudou a mesa desta assembleia que tão bem tem dirigido os trabalhos ao longo de todo este período, saudou o executivo, ao qual lhe prende um amizade grande, no aspeto da cultura, saudou a junta de freguesia de São Martinho das Chãs e, de uma forma especial, o senhor presidente da junta, com quem tem trabalhado intensamente, não só no aspeto político mas, sobretudo, no aspeto cultural e social. Saudou a

assembleia que, pelas suas intervenções manifestam o coração de todo o concelho e de todo o município, que vive os seus prolemas, anseios, preocupações e destinos e que com clareza, os apresentam. Saudou-os pela forma com que tão profundamente e claramente conseguem trazer os seus problemas para que sejam resolvidos. De seguida agradeceu. Em primeiro lugar, ao povo desta comunidade de Gogim que constitui juntamente com Lumiares e São Martinho, a freguesia de São Martinho das Chãs que nos passado era chamada de “Planos” mas nua evolução acabou por dar “Chãos” e daí, São Martinho que dá o nome à povoação São Martinho da Chãs. Agradeceu, apesar de se sentir um pouco fora de prazo, no entanto, ainda com força para dar a sua ajuda desde que necessária, a presença de todos, neste local. Disse ser fundador desta instituição, há 47 anos, e a mesma nunca interrompeu as suas atividades, em todos os aspetos, com o ponto mais alto, a nível de inverno, o encontro de cantadores de janeiras e no verão, o folclore com os grandes festivais de folclore, nacionais e internacionais, que aqui se têm feito. Referiu que esta localidade é constituída por um povo trabalhador e no ano anterior, produziu oitenta mil toneladas de maçã e é bom que se perceba que cada uma das maçãs é apanhada individualmente. É um trabalho que a maior parte das pessoas, dos grandes centros urbanos, não conhece e não fazem ideia do trabalho que dá e, por isso, critica muitas vezes que se dê por um quilo de maçã de Armamar, trinta, quarenta ou cinquenta cêntimos, quando depois vai ser servida num restaurante por um euro ou mais. Sempre entendeu ser uma atitude desonesta. Agradeceu a presença de todos, sobretudo porque, se celebra, neste momento, pela primeira vez, uma Assembleia Municipal que saiu do seu conforto, do salão nobre da Câmara Municipal de Armamar. Estas instalações podem continuar a receber esta assembleia e todas as ações que pretenderem realizar aqui. Agradeceu também a amizade que lhe têm dedicado. Disse que ficou comovido pela quantidade de pessoas que se dirigiram à sua pessoa e apresentou uma gratidão muito grande pela amizade que



sente, nos caminhos da vida, quando se cruzam na rua, no café ou noutro sítio qualquer. Todos manifestam a sua amizade, pelo que tem de retribuir dentro das suas possibilidades. Finalmente, motivou toda esta assembleia para que continuem com a solidariedade, sobretudo com aqueles que não têm voz, a realizar todos os esforços que têm realizado para que o concelho seja digno de receber e acolher todos quantos nele queiram trabalhar. Fez saber que se está a viver nesta comunidade a visita pastoral e todos os bispos têm por obrigação de quatro em quatro anos, visitar as paróquias da sua diocese. Acontece que com os dois anos de pandemia estas visitas foram atrasadas e, por isso, já há seis anos que não acontecem. Armamar, como está, em pôr ordem alfabética, em primeiro lugar, é o primeiro desta segunda volta que o senhor bispo vai iniciar. Esteve cá, no dia de ontem, entretanto, foi para Lisboa fazer uma conferência, à Conferência Episcopal Portuguesa, e não pode estar aqui, hoje, mas deixou cumprimentos para todos. A visita pastoral do senhor bispo leva-o a fazer um convite, a todos, para que estejam presentes amanhã, às 10h, na Igreja Paroquial onde se vai realizar a eucaristia, própria da sua passagem mas, sobretudo, para aqueles que não têm tanto a fé ativa, no convívio que se vai realizar na Senhora da Piedade. Irá haver a bênção de tratores e alfaías agrícolas. Desejou continuação de bom trabalho e disse que da sua parte tudo o que precisarem está à disposição. -----

O presidente da Mesa da Assembleia agradeceu as palavras do senhor padre Artur Mergulhão e deu a palavra ao cidadão Edgar Correia. -----

Edgar Correia cumprimentou os presentes e deu os parabéns a todos por estarem na sua “terra” chamando-lhe o berço da nação. Não querendo atingir quem quer que seja lembrou que quando o senhor Monteiro, foi presidente da Câmara Municipal não havia as possibilidades que agora existem, mas ele não teve muita visão em relação às vias que são fundamentais para o desenvolvimento de um país ou concelho. Depois do senhor Monteiro, veio Hernâni Almeida, a quem teve oportunidade de dizer que era



fundamental a construção de vias rurais e uma via a começar na Senhora da Piedade, com passagem pelas Lages com ligação à zona industrial possibilitando que a vila de Armamar se estendesse para este lado, pois enquanto isso não acontecer não haverá progresso. Outra via fundamental é a variante de Fontelo, pelo que apelou à Câmara Municipal que junto do governo pressione para avançarem com a sua construção. Em relação aos caminhos rurais, se não tivessem sido feitos, há cerca de sessenta anos, Gogim não seria o “berço da maçã”. Deixou uma nota em relação aos estragos causados pelos javalis e em relação aos caçadores que vêm caçar no concelho e entram nos pomares sem autorização mesmo sabendo que, onde existe rega gota a gota, não o podem fazer. Gostava que houvesse mais ordem nesta matéria. Agradeceu a oportunidade de vir falar a esta assembleia e, também, por terem descolocado, pela primeira vez, a assembleia para a sua terra. Desejou muita sorte, felicidade e saúde a todos. -----

Presidente João Paulo Fonseca agradeceu as intervenções efetuadas e agradeceu a disponibilidade do senhor padre Artur Mergulhão sempre que é solicitado para ações de carácter cultural e outras, levadas a cabo pelo município e está certo que ainda tem muito para dar ao concelho. Em relação à intervenção do senhor Edgar Correia disse que todos têm essa noção de que as vias de comunicação são essências para qualquer território mas é preciso ter os pés bem assentes na terra no que respeita à ideia que deu de ter uma variante em Gogim, com ligação à zona industrial porque dificilmente se conseguirá concretizar. No que respeita à variante de Fontelo é uma competência do governo central e da Infraestruturas de Portugal e essa obra esteve prevista no Plano de Proximidade, como prioridade, em 2015, e depois foi retirada dessa prioridade pelo atual governo mas seria importante que a mesma se fizesse, assim como que se pudesse desbloquear esta zona de ligação a Moimenta da Beira, mas o município com as suas receitas próprias dificilmente terá capacidade para o fazer. Quanto à caça o que está

definido é que os caçadores não podem caçar em pomares que tenham rega mas muitas vezes isso não se consegue controlar. O que haverá a fazer é quando confrontados com essa situação chamem a GNR. Em relação aos javalis, hoje, já é quase uma praga no território e tem havido algumas medidas de correção de densidade mas isso é estipulado pelo ICNF. -----

Intervalo -----

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal reiniciou os trabalhos às onze horas e vinte e sete minutos e comunicou que continuam ausentes o presidente de junta de freguesia de Folgosa, da união de freguesia de Vila Seca e Santo Adrião e Flávia Laranjeira. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) Apreciação da informação escrita, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira (cujá cópia passou a constituir o anexo I à ata) -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

António Lareiro observou que vem mencionado na informação um pedido de ampliação da pedreira de granito, de Fontelo e é a câmara municipal quem está a acompanhar, em regime extraordinário, a regularização da atividade económica. Nesse sentido perguntou qual é a área de ampliação em causa, em termos de números. Procurou saber que medidas estão a tomar para salvaguardar a paisagem natural e a própria serra de São Domingos. -----

Presidente da câmara municipal disse que de momento o que pode dizer é que este regime de regularização e aquilo que são os licenciamentos deste tipo de atividades são da responsabilidade da Comissão de Coordenação da Região Norte e o município está a fazer esse acompanhamento, através dos serviços do ambiente e não tem, de momento, informação sobre a área em causa mas poderá fazer-lha chegar. -----

2) Ata da sessão de 22 de setembro de 2023 -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na referida sessão. -

3) Projeto de Regulamento do Conselho Cinegético Municipal (cuja cópia passou a constituir o anexo II à ata) -----

O presidente da Câmara Municipal referiu que este projeto de regulamento esteve em discussão pública e não chegou qualquer sugestão de alteração ao documento, pelo que cabe, agora, à assembleia a sua apreciação e votação. -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

Américo Moreira pediu desculpa ao senhor presidente de junta da freguesia de São Martinho das Chãs porque lhe passou, involuntariamente, na sua intervenção inicial, não o parabenizar pela forma empenhada com que organizou esta assembleia, aproveitando também para fazer uma referência à associação “Jograis de Gogim”, na pessoa da sua presidente que, recentemente, lhe disse que esta casa existe para servir as pessoas. É muito bom ouvir isto. Disse que, também, contribui, na altura própria, enquanto vereador do executivo, aquando do desaterro e nem sempre estiveram todos de acordo e do mesmo lado mas sempre entendeu que esta seria uma casa fundamental para as povoações de São Martinhos das Chãs, Lumiares e Gogim e, por acaso, ou não, a senhora presidente lembrou-lhe isso o que para si foi um orgulho. Referiu que já se serviu desta casa demonstrando que a mesma está ao serviço de todos o que é muito bom. De seguida quis esclarecer que na sua intervenção anterior o que pretendeu dizer não foi que o executivo era a oposição e a oposição era o executivo mas o que disse foi que gostava que a oposição fosse mais dinâmica, tivesse outra voz, quando uma instituição de solidariedade, que está a tratar de idosos, faz um pedido ao executivo e este todo unido, vota contra um subsídio emergente que tinha pedido à câmara para o edifício do Lar de São Cosmado porque havia necessidade de intervir em fissuras e no telhado e foi preciso investir muito dinheiro, que a instituição não tinha e corriam o

risco de perder a candidatura para a compra de uma carrinha. A oposição não teve voz diferente. Felizmente o bom senso prevaleceu e, segundo soube, para seu espanto o pedido foi aprovado por unanimidade, noutra reunião. O que quis dizer foi que é nestas situações que a oposição tem de colaborar, muitas vezes no sentido de ajudar o executivo trazendo novas ideias e propostas diferentes, sociais, políticas, de desenvolvimento e outras. Depois, compete à maioria aceitá-las, ou não. Por último, em relação ao projeto de Regulamento disse que gostava que no artigo 14.º, ponto 6, para não ficarem dúvidas, em vez de se dizer “*poderão ser facultados*”, dizer-se “*serão facultadas*” no que respeita às certidões dos extratos das atas. -----

O presidente da Câmara Municipal em relação à sugestão apresentada disse que não vê qualquer inconveniente em fazer essa alteração na proposta de Regulamento. Depois no que respeita ao tema que veio abordar em relação a um pedido de subsídio, do Lar de São Cosmado, quis fazer uma correção porque o executivo não votou por unanimidade reprovando o subsídio à instituição de solidariedade social. Aquilo que o executivo votou foi não considerar o pedido porque entenderam que deveriam ser apresentados documentos que sustentassem o mesmo, nomeadamente, documentos contabilísticos e plano de atividades da instituição. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, com a alteração do ponto 6 do artigo 14.º, substituindo “*poderão ser facultadas as certidões...*” por “*serão facultadas as certidões...*”.

4) Demonstrações previsionais para o ano de 2024 (cuja cópia passou a constituir o anexo III à ata) -----

Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do documento dizendo que o orçamento apresentado se cifra em cerca de € 16.440.000,00, dos quais € 10.226.000,00 reportam às receitas correntes; € 9.812.000,00, às despesas correntes; € 6.199.000,00, receitas de capital e € 6.541.000,00, despesas de capital. No que respeita às despesas correntes, as despesas com pessoal são cerca de 28% do orçamento; a

aquisição de bens e serviços, cerca de 29% e aqui haverá, com certeza, o impacto daquilo que tem sido a subida dos preços de alguns serviços e abertura de novos equipamentos municipais, como é o caso do novo pavilhão desportivo. Em relação às despesas de capital, representam cerca 34,2% do orçamento. Como é sabido até ao final deste ano, encerram-se as ações com apoio a fundos comunitários e o novo quadro ainda não está fechado, nem em vigor e há uma alteração de paradigma porque para o ano de 2024 dificilmente haverá qualquer tipo de investimento com fundos comunitários. Disse, também, que nas prioridades para o ano de 2024 está a construção do novo Centro de Saúde, uma obra candidatada ao Plano de Recuperação e Resiliência, que representa um investimento de cerca e € 1.500.000,00; a intervenção nas estradas municipais, com um investimento de cerca de € 3.150.000,00 e que terá como base a contratação de um empréstimo para o efeito; no que respeita à estratégia local de habitação, está previsto realizar, durante o ano de 2024, investimentos na ordem dos € 600.000,00; requalificação de espaços desportivos relacionadas com intervenções que se pretendem fazer nas piscinas cobertas e descobertas e construção de um campo de pádel, em Armamar e outras intervenções que representam um investimento de cerca de € 300.000,00. Deixou uma nota relacionada com o reforço da rubrica para as freguesias, estando previstos € 250.000,00. Está prevista, ainda, uma verba para a floresta e faixas de combustível e a requalificação da rua principal de Queimada, no valor de cerca de € 137.000,00 e a questão da Parceria Público Privada (PPP) que, também, está vertida neste orçamento. Em relação à PPP informou que na sexta-feira passada realizou-se a reunião da assembleia geral e conselho de administração e ficou decidida a internalização da PPP no município. Aqui o que se põe em causa é se aquela solução encontrada de adquirir os direitos de superfície à PPP será o melhor modelo até porque em termos de impacto para a capacidade de endividamento do município, se o financiamento para adquirir os direitos de superfície contar para a dívida municipal ou



melhor, se não for excecionada da dívida municipal não tem grande interesse. Também ficou decidido nessa assembleia geral e do conselho de administração que o município, ainda, durante este mês, irá informar-se junto de consultores que estiveram em processos semelhantes, nos municípios de Mafra e Trancoso e começar a estudar qual será a melhor solução e, por isso, é que está vertido documentos previsionais para 2024 porque se pretende durante esse ano resolver a situação por vários motivos. Primeiro, porque gera uma poupança para o município e também porque em termos de contabilização da capacidade de endividamento do município tem um impacto negativo. - Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

Presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs relativamente aos investimentos em carteira presentes neste documento, construção do Centro de Saúde, Centro de Estudos Gomes Teixeira e reabilitação urbana na vila; intervenção nas piscinas; aquisição de armazém e infraestruturas e outros projetos, contata-se que são todos na vila de Armamar. Observou que o presente mandato vai em meio e, por isso, perguntou quais são, ou quais foram as obras pensadas e executadas, pelo município, diretamente, na freguesia de São Martinho das Chãs. Perguntou, ainda, quais os investimentos que o município pretende efetuar, até ao final do mandato, nesta freguesia. Enumerou algumas das necessidades: *“Rua das Infesta - pavimentação já prometida no mandato anterior; Bairro da Pedreira com ligação à localidade de Vila Nova – obra prometida também no mandato anterior; os polidesportivos são da propriedade do município, no entanto, é impraticável qualquer tipo de desporto nos mesmos; a escola de Gogim, também propriedade do município, foi entregue a esta junta num estado de sustentabilidade deplorável; a construção da casa mortuária de São Martinho das Chãs, que se encontra há mais de dois anos há espera de licenciamento, continua bloqueada no departamento de obras do município, sem qualquer resposta”*. -----

António Lareiro dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara Municipal, referiu que,

mais uma vez, não foi cumprido o direito de oposição, não convocando os membros da oposição para serem ouvidos sobre este documento que, por Lei, é obrigatório. Até se pode discordar das Leis mas as mesmas têm de ser respeitadas e cumpridas pois ninguém está acima da Lei. Estes atos são mais condenáveis quando se sabe que este procedimento não acontece por falta de conhecimento mas por opção política.

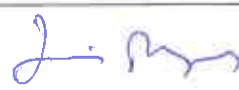
Passando à análise do documento, referiu que apesar de o município ter recebido mais de €100.000.000,00, nos últimos dez anos, e prevê receber no próximo ano mais €16.400.000,00, Armamar é e, possivelmente, continuará a ser um dos concelhos mais pobres do país. Gasta mais de 60% das suas verbas em despesas correntes; encargos com pessoal, 27,8% e aquisição de bens e serviços 28,6%. Esta elevada percentagem de despesas correntes compromete o investimento nas obras que deveriam ser feitas para resolver alguns dos graves problemas que existem no concelho e a sua resolução é indispensável para o desenvolvimento e bem-estar da população. É necessário haver mais e melhor gestão do pessoal, mais informação adequada e especializada aos funcionários de forma a haver mais motivação, eficiência, responsabilidade, competência e transparência; modernizar os serviços de forma a torná-los mais eficientes e, ao mesmo tempo, mais próximos dos cidadãos. A população do concelho continua a diminuir e assiste-se a um fraco crescimento e desenvolvimento do mesmo. Torna-se, pois, necessário alterar esta situação e fomentar a motivação e ambição da Câmara Municipal. O município de Armamar tem excelentes qualidades naturais para se tornar num dos municípios mais desenvolvidos. Neste documento, apontam como visão para o desenvolvimento do concelho, o desenvolvimento turístico, a alternativa residencial às áreas metropolitanas e reconhecimento de município verde integrado no Douro Património Mundial. O concelho, não pode ser só isso, tem de haver maior aposta nas potencialidades agrícolas, comerciais e industriais. Atualmente o concelho, produz, não só, uma das melhores maçãs, como é o maior produtor do país, tem cereja de boa



qualidade e várias qualidades de vinhos muito apreciadas no país e no estrangeiro. A diversidade territorial do concelho de Armamar, dá-lhe condições para se desenvolver com outras culturas agrícolas. Verifica-se que existem algumas indústrias transformadoras em crescimento com expressão significativa em termos de produção e criação de postos de trabalho. Há que apoiar estas empresas e criar condições para que outras se instalem, no concelho, criando mais postos de trabalho que permitam a fixação e crescimento da população. Referiu-se à Derrama, que o município criou sobre as empresas e que a CDU sempre rejeitou, pois não ajudam a atingir estes objetivos. Para o desenvolvimento do turismo é preciso conservar as belezas naturais e o património, o que muitas vezes não acontece e, acima de tudo, criar condições para que os armamarenses tenham condições para se manterem nas suas quintas. Este orçamento tem algumas obras orçadas, que há muito defendem a sua realização, como o melhoramento da rede viária; tratamento de águas residuais, nalgumas localidades e a criação de um balcão de integração de imigrantes e balcão de apoio ao empresário. A CDU não votará contra este orçamento mas, também, não votará a favor. Consideram a realização destas obras positiva mas ficam muito aquém do desejado e necessário para resolver os problemas do concelho. -----

Paulo Tolda cumprimentou os presentes e, neste dia, em especial, dirigiu uma palavra ao senhor presidente da junta de São Martinho das Chãs por ter feito este convite e não é uma feliz coincidência ser dia de São Martinho e estarmos na freguesia de São Martinho, mas é, sobretudo, a visão deste presidente em ter tido o arrojo de descentralizar esta assembleia modelo há muito defendido pelo senhor presidente da assembleia e outros. Por essa razão estão todos de parabéns, assim como o executivo municipal que acelerou a proposta de orçamento para se poder concretizar esta assembleia. Naturalmente que a descentralização, como já outros disseram, é uma forma de trazer a democracia local mais próxima dos cidadãos e, hoje, exemplo, disso assistiu-

se à inscrição de dois membros do público, situação que não é frequente acontecer quando as assembleias são no local habitual. Por isso, deve-se fomentar esta prática e desafiar os restantes presidentes de junta a fazerem o mesmo, havendo condições para o efeito. Posto isto, em relação às demonstrações previsionais disse que quando se faz uma assembleia tão precoce, como esta, com um documento estrutural como é o orçamento, e depois dos últimos acontecimentos, a nível do governo, houve um certo risco que seria se, este documento, hoje, em discussão teria, ou não, as condições futuras relativamente àquilo que são os pressupostos que estão na proposta. Efetivamente a opção do Presidente da República foi salvaguardar que a proposta de orçamento avançasse e nesse aspeto para aquilo que é a lógica municipal há boas notícias para os municípios, em geral, e para o de Armamar, em particular. Desde logo porque há um aumento considerável da receita de transferências do orçamento de estado que, sem contar o fundo de financiamento da descentralização, Armamar vai receber, praticamente, mais € 1.000.000,00 em comparação àquilo que foi o orçamento do ano anterior. A proposta de orçamento tem também algumas disposições legais, como a possibilidade de continuar a haver uma margem de endividamento de 40% no próximo ano e outras duas situações que de forma direta impactam naquilo que serão a despesa, inclusive despesa com pessoal, que é uma situação relacionada com a ADSE, de relativa injustiça que acontecia há muitos anos, em que os municípios tinham de suportar, do seu orçamento próprio, as despesas da ADSE aos trabalhadores, apesar de os descontos destes irem, diretamente, para aquela entidade, o que onerava os orçamentos municipais. A par disso as retenções feitas mensalmente nos duodécimos, para o serviço nacional de saúde pela utilização que é feita pelos seus trabalhadores. Não sabe quanto representa no município de Armamar mas, certamente, serão cerca de € 100.000,00 extra, levando assim a diminuição da despesa, havendo possibilidade de canalizar esse dinheiro para outras circunstâncias. Em relação ao documento muito já foi



dito e disse rever-se em muitas das preocupações, já, faladas pelo seu grupo municipal e, efetivamente, o município apresenta uma carteira de investimentos muitos relevantes, nas páginas iniciais do documento, nomeadamente, o novo Centro e Saúde, o Centro de Estudos Gomes Teixeira, perguntado onde será e fala nas vias municipais. Na requalificação das vias municipais já se percebeu que há uma opção de mudança em relação ao que foi inicialmente previsto há dois ou três anos e, depois, a questão do armazém que tem a ver com a PPP. Na verdade, isto é o que está nos documentos mas, depois, quando se vê o PPI percebe-se que estes valores não estão todos refletidos no PPI de 2024. Percebe-se isso porque, por exemplo, naquilo que é o investimento mais relevante, as estradas, o município para executar € 3.170.000,00 não tem meios próprios para o fazer e precisará de recorrer a um empréstimo de médio e longo prazo. No PPI fizeram uma repartição destas obras por três anos e não faz sentido fazer para a mesma via uma empreitada que dure três anos e, por isso, surpreende-o que não se colocasse, já, nesta assembleia, a aprovação do empréstimo de médio e longo prazo para fazer face a esta situação. Percebe que há algumas situações a nível de projeto que possam não estar fechadas mas se há uma estimativa razoável daquilo que é o custo, por isso é que está repartido no orçamento, é possível lançar num ano o empréstimo e obter o visto do Tribunal de Contas porque, também, se percebe que o que interessa, na margem de endividamento, não é quando o empréstimo é aprovado, mas sim quando é que a margem é utilizada. O que o preocupa relativamente a esta situação é que isto não passe mais de boa intenção, como aconteceu há dois ou três anos em que havia uma possibilidade para resolver o problema e por, tardiamente, se ter avançado com o empréstimo perdeu-se a tal capacidade de endividamento e não se avançou. O que pode acontecer é, se calhar, em fevereiro vir uma proposta de empréstimo, ir a visto, etc. A preocupação será isto avançar o mais rápido possível, até porque 2024 é um ano em que o município tem excelentes condições de concretizar investimentos estratégicos,



por várias razões. Uma delas é ter um aumento de receita do orçamento de estado e outra é ter uma margem de endividamento possível de utilizar, de 40%, se esta se mantiver. Seria importante que este processo fosse acelerado para de uma vez por todos se resolver esta situação. Quanto à situação da PPP, já muito falada, nas suas intervenções, de alguns anos a esta parte, finalmente, existe consenso, quer por parte do executivo, quer da assembleia, de que a resolução deste problema traria grandes benefícios financeiros ao município. Entende que a solução concreta é complexa porque como dizia o senhor presidente o orçamento de estado tem uma norma para a internalização mas a mesma obriga a ter uma empresa local que a internalize. Por isso a sugestão era que tivessem uma reunião com o Tribunal de Contas para perceber qual será o caminho mais fácil de resolver este assunto. Na verdade, o município tinha, dados de setembro, uma capacidade de endividamento, para 2023, de € 3.715.000,00 e tendo em conta que € 1.300.000,00 é da PPP, a diferencial de que necessita para as estradas, face aquilo que tem de receitas próprias, são € 2.119.000,00. Diria que se conseguiria, mesmo assim, encaixar tudo e depois de resolver a PPP ficaria com uma dívida mais ou menos igual há quem tem agora. Isto para dizer que é urgente resolver isto porque apesar dos juros dos empréstimos estarem muito elevados, naturalmente, a PPP que também tem um empréstimo associado e as rendas que são pagas, uma parte menor vai sobrar, no final. Quanto à estratégia, também, foi sempre apontada, em anos anteriores e nos orçamentos não há uma ligação intrínseca àquilo que deveria ser uma estratégia para o concelho e para o seu desenvolvimento. Vai-se percebendo que há uma tentativa de aproveitamento dos Fundos Comunitários, mas vem aí um período, em que na transição de quadro não vai haver investimentos de montra para além daquilo que seja a capacidade do município de ter receitas próprias e percebeu que, por exemplo, o Centro de Saúde está orçamentado para dois anos, num total de € 1.400.000,00, pelo que pergunta se a candidatura a ser aprovada, a precisão é ser financiada a 100%, ou se



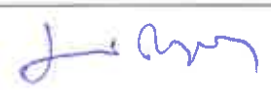
o município vai ter de colocar receitas próprias porque no orçamento esta verba aparece, como receitas próprias no primeiro ano, em 2024, de € 618.000,00. Depois há questões que têm muito a ver com o que já foi dito, despesas correntes relativamente elevadas, o pessoal tem um aumento de € 500.000,00, em relação ao ano anterior, percebendo-se que uma parte tem a ver com as valorizações remuneratórias mas, em relação ao mapa de pessoal, caberá perceber se os pressupostos se mantêm em relação ao que foi apresentado na última assembleia e terá de haver aqui alguma cautela e boa gestão nesta despesa que depois limita aquilo que serão opções de investimento. Voltou a dizer que há situações, como a das juntas de freguesia e, mesmo as relacionadas com as IPSS e algumas associações em que o senhor presidente diz que há um aumento de € 100.000,00 para as juntas de freguesia mas defende há muito um modelo de aprovação, nesta assembleia, de um documento de distribuição de verbas com critérios que não dependessem as freguesias de andar atrás do executivo com projetos e tivessem uma verba para poderem usar em prol das suas populações. Quanto aos apoios às IPSS isso tem muito a ver com o facto de não existirem Regulamentos Municipais de atribuição de verbas, quer a associações, quer a IPSS que permitissem alguma equidade na distribuição das mesmas e não atribuições casuísticas. Depois, sendo este concelho, predominantemente, agrícola e com um potencial turístico muito grande, apesar de haver algumas atividades, como a Feira da Maçã, há uma falta de ambição na promoção cultural e turística do concelho quando comparada com outros municípios. Na questão da falta de visão de futuro na capacidade de atrair jovens e a questão do envelhecimento, é preciso encontrar formas de fixar os jovens e as empresas, através de instrumentos, quer a nível de lotes a preços acessíveis para os jovens se poderem fixar, quer pela criação de um gabinete de apoio ao empresário, agora, refletido no orçamento que permita apoiar no desenvolvimento de projetos, na criação de novos postos de trabalho o que é fundamental para um território pequeno como o de

2



Armamar. De todo o modo considera que este é um orçamento ambicioso e se forem limadas algumas situações como conseguir financiamento e se forem concretizados os investimentos que estão previstos e, resolvidas, as duas grandes questões que o município tem, no momento, que são a PPP e as estradas, o executivo fará um excelente trabalho se conseguir concretizá-las. Nesse sentido não vão dar um voto de aprovação mas, também, ao contrário do que fizeram a té agora, não vão reprovar o orçamento, ficando na expetativa se efetivamente aquilo que é intenção do executivo se concretiza, ou não, estando disponíveis para colaborar para encontrar soluções, como já estiveram noutras ocasiões para se poder realizar aquilo que está projetado de investimentos, pois todos eles farão sentido e estão disponíveis para apoiar no processo da construção de um futuro melhor para o concelho. -----

Márcio Morais em relação ao orçamento e sobre a Estratégia Local de Habitação, Programa 1.º Direito, cujo calor ronda os € 600.000,00 questionou o senhor presidente, de qual é, em média, o número de imóveis que vai sofrer esta requalificação. No entanto, percebeu que será para casos excecionais, para pessoas com dificuldade monetária, pelo que pergunta se seria preponderante num futuro próximo que a comunidade migrante que cresce a olhos vistos, no concelho, não possa ter aqui uma oportunidade temporária para se fixar no concelho. No que respeita ao balcão local de integração de migrantes, a rubrica tem uma dotação de € 2.000,00, parece-lhe pouco, questionado se será este valor ou se está acautelado para arrancar com esse balcão. Em relação ao prazo médio de pagamentos a fornecedores registou com agrado o facto de os pagamentos, de há uns anos a esta parte, estarem a ser feitos a 6 ou 10 dias. Quanto ao orçamento constata-se que contempla a adjudicação de muitas obras estruturais e indispensáveis para o concelho, entre as quais o novo Centro de Saúde de Armamar, a requalificação da rede viária concelhia, a requalificação do Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira, o novo Centro de Estudos Gomes Teixeira e a requalificação urbana,



no Bairro da Borralha, a Praceta com o nome Francisco Sá Carneiro e Bairro das Moses, entre outros, perfazendo um investimento total de cerca de € 6.500.000,00. Houve um aumento global do orçamento em cerca de € 2.000.000,00, entendendo que estão no bom caminho e com uma gestão limpa e imaculada. Em relação às redes viárias e caminhos rurais referiu que para si é tão importante o lugar da Lapinha, dos Cardais, ou Coura, como Balteiro. Entende que esta reabilitação urbana para a sede do concelho é indispensável e há cerca de vinte anos as redes viárias e caminhos agrícolas nas freguesias eram fantásticos. É certo que os concelhos limítrofes conseguiram fazer vias e variantes e cresceram, tornando-se cidades mas no seu entender não se devem descorar as freguesias e devem ser dadas as condições para que as pessoas se possam fixar nas mesmas mas, por outro lado, também deve haver uma ampliação do núcleo urbano da vila com uma ligação habitacional, possivelmente, a Travanca e Aldeias e quem sabe, no futuro, a Gogim. -----

Presidente da câmara municipal em relação à intervenção do senhor presidente da junta de São Martinho das Chãs e sobre a questão relacionada com os investimentos que estão previstos para a esta freguesia disse que de há quatro anos a esta parte o município vem ano após ano a reforçar o valor que está destinado às juntas de freguesia em termos de possíveis contratos interadministrativos e não tem memória de o senhor presidente de junta de São Martinho ter feito alguma proposta oficial à câmara para a celebração de qualquer contrato interadministrativo para investimentos na sua freguesia. A câmara está sempre aberta para discutir com os presidentes de junta quais são as prioridades e investimentos que cada freguesia necessita. Lembrou que a freguesia de São Martinho das Chãs, nos últimos dez anos, deve ter sido das que mais requalificações teve de caminhos e ruas, quer em Lumiares, Gogim e São Martinho das Chãs, tendo até celebrado um contra interadministrativo no mandato anterior. Em relação aos polidesportivos disse que o de Lumiares está em boas condições para a prática

2



desportiva, pode precisar de ou outro melhoramento e quanto ao de Gogim concorda que a situação é urgente de resolver e na verba que está disponível para investimentos em equipamentos desportivos pode equacionar-se essa possibilidade. Quanto ao edifício da escola de Gogim, o mesmo foi entregue à junta de freguesia por contrato de comodato e quem os celebra sabe qual é o seu conteúdo e quais são as responsabilidades que assumem. O município disponibiliza o imóvel e as intervenções e obras são feitas pela junta de freguesia ou por outras entidades que tenham celebrado esses contratos. Em relação à casa mortuária de São Martinho das Chãs corrigiu Rui Fernandes. Reconhece que o processo está a demorar mais do que se desejaria mas não é verdade que não tenha tido qualquer reposta dos serviços do município, nomeadamente, do departamento de obras urbanísticas. E, neste caso, não se pode violar a Lei e quebrar as regras urbanísticas porque há o entendimento dos técnicos do município que a proposta apresentada não reúne as condições e viola a Lei dos afastamentos, conforme consta do parecer do consultor jurídico do município. No que respeita à intervenção de António Lareiro referiu que não houve qualquer violação do direito de oposição porque a quem cabe apresentar à assembleia as demonstrações previsionais, o PPI e o orçamento é ao órgão executivo municipal e foi isso que se fez. Quanto ao montante que diz o município ter recebido nos últimos dez anos não será tanto assim mas, também, é preciso ter em conta as despesas correntes que têm muito a ver com os serviços que o município presta e tem de adquirir e que são essências para as populações, como água, transportes públicos, recolha de resíduos, combustíveis e eletricidade com aumentos brutais nos últimos anos e, ainda, com pessoal que teve um aumento significativo resultante da transferência de competências e os aumentos salariais. No que respeita ao desenvolvimento turístico todos sabem que Armamar e a região têm tido um aumento do número de visitantes, reconhece que ainda há muito para fazer mas está a ser feito esse caminho. Em relação à intervenção de Paulo Tolda



também registou com agrado o aumento das transferências do estado para além das que resultam do fundo financeiro de transferência de competências, que rondará os € 900.000,00 a € 1.000.000,00 e o facto de a capacidade de endividamento se manter em termos de orçamento de estado com a possibilidade de utilização dos 40%. Quando refere que em termos de PPI algumas rubricas têm valores abaixo da estimativa orçamental para a execução, a requalificação das estradas tem a ver com isso mesmo. Enquanto não houver o visto do Tribunal de Contas para o empréstimo ele não pode estar refletido como receita adquirida. Em termos da PPP julga que estão reunidas as condições para no próximo ano se resolver este problema e é uma das prioridades deste executivo. Em relação à transferência para as freguesias de alguns montantes nunca foi política deste executivo transferir verbas para despesas correntes das freguesias mas sim colaborar sempre que se justifique. No que respeita à elaboração de regulamentos para atribuição de subsídios, no que respeita às associações, esse regulamento, já, existe e concorda que o mesmo deve ser feito em relação a outros apoios. Quanto ao Centro de Estudos Gomes Teixeira informou que será localizado em São Cosmado na casa onde nasceu Gomes Teixeira adquirida, em 2022, pelo município. Em relação à Estratégia Local de Habitação abordada na intervenção de Márcio Morais disse que o município tem previsto intervir em catorze imóveis e esse será o investimento direto que o município terá nesse âmbito e depois serão cerca de setenta imóveis de beneficiários diretos. O balcão local de integração de migrantes tem uma verba de € 2.000,00, em orçamento, para custos com consumíveis porque os recursos humanos são do município. Os prazos médios de pagamento continuam no bom caminho e assim permanecerão porque felizmente o município tem essa capacidade. Quanto à reabilitação na sede do concelho disse que defende que a sede do concelho nunca pode pôr em causa o que terá de ser o desenvolvimento das freguesias mas neste

momentos as intervenções que estão em orçamento para a sede do concelho são fundamentais. -----

Presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Rui Fernandes

perguntou se sendo o polidesportivo da propriedade do município, assim como a escola primária, vai ser a junta de freguesia a apresentar uma proposta de protocolo para a recuperação dos mesmos. Questionou se não terá de ser o dono dos equipamentos a decidir o que fazer com os mesmos. Em relação ao polidesportivo de Lumiares que o senhor presidente diz estar em perfeitas condições, não é verdade. A junta de freguesia fez lá um pequeno investimento para ficar, minimamente, utilizável. Observou que o contrato de comodato da escola não foi assinado por si, mas pelo anterior executivo da freguesia, salientando que não o teria assinado naquelas condições. Relativamente à questão da casa mortuária, é certo que foi pedido ao consultor jurídico informação sobre a decisão a tomar sobre a mesma, o certo é, que esse pedido já foi feito há alguns meses, daí ter dito que ainda não obteve resposta. -----

António Lareiro veio contrariar o que o senhor presidente disse mas antes disso apelou para este dar mais atenção às pessoas que o rodeiam para que o informem melhor. Deu como exemplo o que se passou na última sessão de assembleia em que um membro pôs o problema da segurança da estrada do Marmelal para a Folgosa e o senhor presidente garantiu que a mesma é segura. Espera que tenha aceitado o convite que lhe foi dirigido e tenha visitado a estrada mencionada e tenha mudado de opinião. Em relação ao estatuto do direito de oposição gostava que tomasse nota do que refere a Lei 24/98 de 26 de maio e o ponto 3 do artigo 5.º diz o seguinte: “os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais que não façam parte dos correspondentes órgãos ou que neles não assumem pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade”. Perante

isto a câmara deveria ter ouvido a oposição. -----

Luís Silva em relação ao investimento “valorização de modos suaves situações de proximidade” no montante de cerca de € 106.000,00 procurou saber o que está previsto.

O presidente da câmara municipal referiu que tem a ver com a ciclovia que foi englobada no PAMUS e reflete um investimento sem comparticipação. -----

Disse ao senhor presidente da junta de São Martinho das Chãs que se os contratos de comodato existem têm de ser cumpridos e o que disse foi que o mesmo foi celebrado com a junta de freguesia, se o presidente não é o mesmo não quer dizer que o contrato não tenha de ser respeitado, ou então como o senhor presidente está em funções há dois anos, já teve tempo, se não concordava com o mesmo, para fazer uma proposta para renunciar o contrato de comodato da escola. Quanto à casa mortuária ainda vem que fez essa correção porque na primeira intervenção frisou que não tinha recebido qualquer tipo de comunicação mas já esclareceu que afinal só não recebeu naquilo que diz respeito ao parecer do consultor jurídico. Em relação à estrada do Marmelal referida por António Lareiro disse que passa lá algumas vezes e continua a afirmar, com base nas informações dos serviços técnicos da autarquia, que já o acompanharam numa visita a essa estrada, que em termos de sustentabilidade da plataforma não há indícios que possam apresentar perigo. Em relação Decreto Lei que referiu disse que o entendimento de António Lareiro não é o seu e, por isso, vai pedir um parecer ao consultor jurídico para perceber se está a violar, ou não, a Lei. -----

Deliberação: Aprovadas, por maioria, com cinco abstenções (a saber: António Lareiro, Paulo Tolda, Luís Silva, Alice Nogueira e presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Rui Fernandes). -----

5) Mapa de pessoal 2024 (cuja cópia passou a constituir o anexo IV à ata) -----

Presidente da Câmara Municipal recordou que o mapa de pessoal sofreu uma alteração na última sessão de Assembleia Municipal. No mapa para 2024 propõe-se que



o número de trabalhadores se mantenha havendo, apenas, duas alterações. O número de assistentes técnicos reduz de vinte e quatro para vinte e três e de assistentes operacionais aumenta de cento e dezasseis para cento e dezassete. -----



Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

6) Proposta de comissão organizadora dos 50 anos do 25 de abril -----

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que vai, hoje, esta comissão ser validada como proposta, constituída pela Mesa da Assembleia, o senhor presidente da Câmara Municipal, um representante da cada Grupo Municipal, os senhores presidentes de junta e o Agrupamento de Escolas de Armamar, sem prejuízo de, posteriormente, se chamarem elementos ou entidades que possam colaborar. Pretende-se com esta proposta que seja uma comissão abrangente, concelhia, em que todas as freguesias sejam ouvidas, pelo que convidou todos a darem o seu contributo numa próxima reunião que será convocada para esse efeito. O Agrupamento Escolar também parece oportuno e conveniente porque a democracia e a comunidade educativa terão de ser envolvidas pois a democracia não é uma obra acabada. Cabe a cada um de nós incutirmos este espírito junto das crianças e jovens porque multiplicar a liberdade e afirmar a democracia nunca é demais. -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Encerramento da reunião -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Forma de votação -----

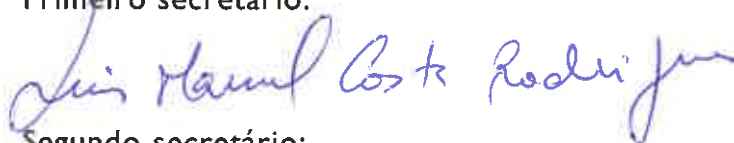
----- Todas as deliberações desta reunião foram votadas de forma nominal. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da assembleia municipal encerrada a sessão às doze horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente:



Primeiro secretário:



Segundo-secretário:

